



ANEXO DE EDITAL CATALINAS

ANEXO DE EDITAL CATALINAS

Simulado Final  
**ALESC**

ANALISTA LEGISLATIVO  
DIREITO - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Final ALESC (Analista Legislativo - Direito)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Legislativo - Direito da ALESC**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zGd47kjM817bm9xv5>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/3xya6e>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**01.** Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) Sonho é algo que desejamos que se torne real.
- b) O amor é o tempero da vida.
- c) Com dois passos, ele chegava da janela e olhava a vida passar.
- d) Seus olhos brilhavam como faróis.
- e) Mentir é caminhar para a perdição.

**02.** Assinale a frase argumentativa que representa um raciocínio indutivo.

- a) Muitos alunos terminam a prova antes do tempo; João deverá terminar no tempo correto.
- b) O desmatamento local piorou nos últimos anos; a vida na Europa não tem sido tão fácil como um dia dizem ter sido.
- c) Investimento estrangeiro na economia nacional pode ser uma boa saída.
- d) Devido ao acúmulo de chuvas no final do mês previsto para a região, João reforçou a estrutura de sua casa.
- e) O gerente da loja central não soube resolver o problema. Precisamos treinar melhor os gerentes para as adversidades.

**03.** Os pronomes classificam-se em pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos. No entanto, por vezes um pronome pessoal pode assumir valor de possessivo, a depender do contexto em que se insere. Assinale a alternativa em que o pronome pessoal dispõe um exemplo desse fenômeno:

- a) Tocou-lhe os cabelos suavemente.
- b) Os filhos não lhe obedeciam.

- c) Todos lhe entregaram os presentes.
- d) Na manhã de ontem, conferiram-lhe o título de doutor.
- e) Dei-lhe tudo que podia dar.

**04.** Assinale a opção cujo par *não* é formado por substantivo e adjetivo.

- a) sistema inoperante
- b) grande romancista
- c) mal conceituado
- d) memória indelével
- e) invisível causa.

**05.** Assinale a frase que mostra certo grau de incerteza (modalização).

- a) Ninguém comemorou o resultado
- b) Sem dúvida, não saberíamos como reagir.
- c) O orientador disse que o trabalho tinha contemplado objetivos iniciais.
- d) Acreditava-se nas melhores intenções dos candidatos.
- e) As atrações confirmadas atrairiam todo tipo de público.

**06.** Quanto à pontuação, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, estão corretas, EXCETO:

- a) Os estudantes, mesmo aqueles reprovados, devem comparecer à cerimônia.
- b) Todos estavam ansiosos pelos resultados, e não perceberam a alteração de cronograma.
- c) Cabe ressaltar que, geralmente, a taxa de desemprego, cresce em situações de instabilidade política.
- d) Em janeiro todos estarão de férias nas ilhas caribenhas.
- e) As propostas foram feitas de acordo com o contrato, quando tudo ainda seguia um padrão.

**07.** Considerando o processo de formação de palavras, identifique a alternativa que apresenta uma derivação imprópria.

- a) Todos admiravam o agir das autoridades.
- b) Nesse período do ano, a pesca se intensifica.
- c) Embora todos concordassem, o líder não recebeu apoio.
- d) A atitude de uma pessoa pode entristecer uma multidão
- e) O cirurgião deve possuir uma destreza extraordinária.

**08.** Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

*"Todo o dia, pela manhã, a equipe que se preparava para a gravação era interrompida pelas vozes da multidão na medida em que o programa havia alcançado enorme sucesso de audiência."*

- a) a colocação pronominal em "que se preparava".
- b) a ortografia de "multidão".
- c) as vírgulas isolando "pela manhã"
- d) a expressão "na medida em que".
- e) a presença de artigo antecedendo o vocábulo "dia".

**09.** É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o vocábulo que em:

- a) O apoio que todos precisavam viria de um grupo improvável.
- b) A reunião que os candidatos compareceram foi longa.
- c) O documentário político que assisti ganhou o Oscar.
- d) O projeto que colaboramos teve grande aceitação popular.
- e) As metas que o gerente apresentou não foram fáceis de serem alcançadas.

**10.** As opções a seguir apresentam frases que se apoiam basicamente num dos sentidos humanos. Assinale aquela em que há a indicação adequada do sentido predominante no texto.

- a) A vida estava doce como o mel / olfato.
- b) As faíscas queimavam o braço do churrasqueiro / tato.
- c) Aquele aroma me trazia lembranças da infância / audição.
- d) Sua voz soava como cantos angelicais / visão.
- e) Era alva como a mais limpa neve / paladar.

**11.** Todos os pronomes relativos se referem a um antecedente. No caso dos relativos a seguir, aquele que tem seu antecedente corretamente identificado é:

- a) "gratidão é uma palavra que tem sido muito empregada nas redes sociais" / gratidão.
- b) "embora não existam estudos científicos que comprovem" / estudos.
- c) "os professores que atuam na área" / área.
- d) "É por isso que espaços que favorecem a discussão" / isso.
- e) "ninguém está sozinho nessa caminhada que leva tempo" / sozinho.

**12.** As palavras acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica são:

- a) distâncias / destruídas.
- b) ácaro / cóclea.
- c) túnel / saúde
- d) frágeis / íngreme.
- e) ondulatório / daí.

**13.** Assinale o trecho em que ocorre subjetividade.

- a) "O órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas"
- b) "A CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça"
- c) "Os registros ficarão disponíveis para visualização e consulta"
- d) "As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema"
- e) "Alguns políticos foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos"

**14.** De acordo com a norma-padrão, há indeterminação do sujeito em:

- a) Olharam-se com paixão.
- b) Barbearam-se antes da formatura.
- c) Vende-se casa antiga.
- d) Compram-se muitos presentes no Natal.
- e) Trata-se de problemas pessoais.

**15.** Assinale a opção em que a posição da palavra só causa ambiguidade.

- a) Só um entregador levou sete.
- b) Só, um entregador levou sete.
- c) Um só entregador levou sete.
- d) Um entregador levou só sete.
- e) Um entregador só levou sete.

**16.** Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconscientemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância.

d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.

e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

**17.** "Não é coisa reprovável, mas altamente louvável, tomar emprestadas de uma língua estrangeira as sentenças e palavras e incorporá-las na própria".

A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) Estavam todos preparados para o show.
- b) A construção de uma identidade visual é importantíssima no marketing.
- c) O serviço de delivery está em franca expansão.
- d) O brasileiro precisa conviver com o estresse diário.
- e) O videogame pode ser utilizado como recurso pedagógico.

**18.** De acordo com o Manual de Redação da ALESC, não é um dos princípios orientadores da redação oficial o que se encontra em:

- a) Impessoalidade
- b) Formalidade
- c) Uniformização
- d) Precisão
- e) Publicidade

**19.** O pronome de tratamento "Vossa Senhoria" pode ser usado para a seguinte autoridade:

- a) Presidente de Assembleia Legislativa
- b) Vereador
- c) Deputado Federal
- d) Senador
- e) Advogado-Geral da União

**20.** Para autoridades de hierarquia superior, utiliza-se o seguinte fecho:

- a) Atenciosamente
- b) Sem mais
- c) Com todo respeito
- d) Respeitosamente
- e) Aos cuidados

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, F, F.

## RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

*Eduardo Mocellin*

**21.** Considere dois conjuntos  $A$  e  $B$ , em que  $A = \{a, b, c, d\}$  e  $B = \{a, e, f, d\}$ . Sabendo-se que a operação  $\#$  é definida por  $A \# B = (A - B) \cup (B - A)$ , então a expressão  $(A \# B) \# B$  é dada por:

- a)  $\{a, e, d\}$
- b)  $\{a, b\}$
- c)  $\{a, b, c, d\}$
- d)  $\{d, f, e\}$
- e)  $\{a, f\}$

**22.** O dia 31 de julho de 2022 foi um domingo. Sendo assim, é correto afirmar que o dia 03 de fevereiro de 2025 será:

- a) sábado.
- b) domingo.
- c) segunda-feira.
- d) terça-feira.
- e) quarta-feira.

**23.** Considere verdadeira a afirmação:

“Nenhum analista é preguiçoso”.

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

1. Se Arnaldo não é analista, então é preguiçoso.
2. Se Arnaldo é preguiçoso, então não é analista.
3. Se Arnaldo não é preguiçoso, então é analista.

**24.** Ao iniciar seus estudos para concursos públicos, João resolveu entrar em um grupo de estudos que originalmente contava com 4 concorrentes. Sabendo-se que a idade de João é 31 anos e que, com a sua entrada no grupo, a média de idade das 5 pessoas do grupo passou a ser 33 anos, a média de idade original, antes da entrada de João, era:

- a) 30,5 anos
- b) 33,5 anos
- c) 35,5 anos
- d) 36,5 anos
- e) 37,5 anos

**25.** A diferença dos capitais investidos por Arnaldo e por Bernaldo em um empreendimento foi igual a R\$ 15.700,00. Transcorrido um mês, ambos dividiram o primeiro lucro em partes diretamente proporcionais aos capitais investidos, sendo R\$ 104,00 a parte do lucro recebida por Bernaldo e R\$ 312,00 a parte do lucro recebida por Arnaldo. Assim, pode-se concluir corretamente que o capital total por eles investido foi de:

- a) R\$ 31.000,00
- b) R\$ 32.200,00
- c) R\$ 31.800,00
- d) R\$ 32.600,00
- e) R\$ 31.400,00

**26.** Cinco equipes de beach tennis (A, B, C, D, E) disputaram um torneio. Sobre a pontuação final de cada equipe sabe-se que:

- A fez mais pontos que E e C
- B fez mais pontos que A e D
- E fez mais pontos que C
- D fez mais pontos que A ou C

A partir dessas informações, pode-se afirmar que a equipe campeã foi

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

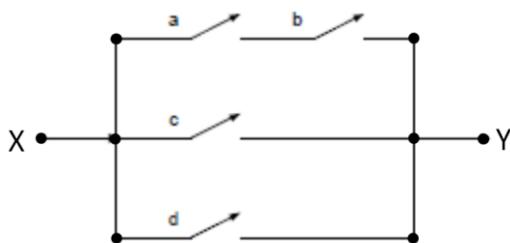
**27.** A base menor de um trapézio corresponde a 50% da altura, bem como sua altura corresponde a  $2/5$  da sua base maior. Se a área do trapézio é  $54\text{cm}^2$ , a medida da base menor é:

- a) 3cm
- b) 4cm
- c) 6cm
- d) 8cm
- e) 15cm

**28.** Um estudante universitário deve responder 12 das 15 questões de uma prova de cálculo. Sabendo-se que ele deve responder ou a primeira ou a segunda questão, mas não ambas, de quantas maneiras ele pode escolher 12 questões para serem respondidas?

- a) 56
- b) 69
- c) 78
- d) 138
- e) 156

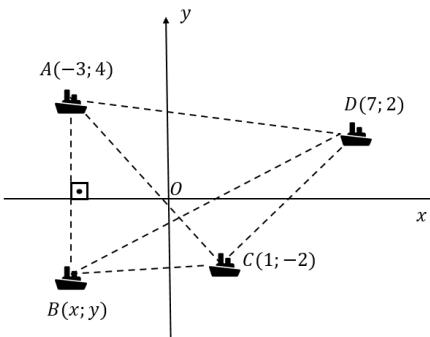
**29.** A figura a seguir mostra um sistema de interruptores para iluminação. Os interruptores a, b, c e d são independentes, e a probabilidade de cada um ligar é de 0,5.



Considerando que o sistema de iluminação estará ligado quando os pontos X e Y estiverem conectados, a probabilidade de o sistema não ligar é de, aproximadamente:

- a) 0,19
- b) 0,25
- c) 0,50
- d) 0,75
- e) 0,81

**30.** Quatro barcos, A, B, C e D, estão posicionados nos pontos representados no sistema de coordenadas xOy a seguir:



Se a distância dos barcos B e C for igual a  $\sqrt{20}$ , então as coordenadas  $(x, y)$  do barco B são tais que o produto  $xy$  é igual a:

- a) 10
- b) 12
- c) 15
- d) 18
- e) 20

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA***Emanuelle Gouveia*

**31.** Existe um tipo de rede que oferece acesso, através da Internet, aos dados da Intranet para usuários que devem ser autenticados e que são externos ao negócio da empresa. Essa rede é uma

- a) Intranet
- b) Extranet.
- c) Internet.
- d) Rede discada.
- e) MAN.

**32.** No Google Chrome é possível abrir uma nova aba em uma nova janela de navegação com a combinação de teclas:

- a) CTRL + G.
- b) Ctrl + H.
- c) CTRL + J
- d) ALT + D
- e) CRL + N.

**33.** No Windows, é possível ativar um menu a direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde a tecla de atalho padrão para essa opção:

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

**34.** No powerpoint existe uma funcionalidade que permite o registro do tempo de exibição de cada slide. Marque a alternativa abaixo que corresponde a ela:

- a) Slide Mestre.
- b) Registro de tempo.
- c) Sincronização de slides.
- d) Testar intervalos
- e) Controle de alterações.

**35.** Das letras abaixo, marque a que indica uma referência em que a coluna está relativa e a linha absoluta:

- a) \$D\$2.
- b) \$D2.
- c) D2
- d) D\$2.
- e) 2D.

**REGIMENTO INTERNO DA ALESC***Emerson Douglas*

36. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALE-SC), nos termos do seu Regimento Interno (RI-ALE-SC), possui 22 Comissões Permanentes, como a Comissão de Segurança Pública, a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Comissão de Direitos Humanos e Família. Com base nessa norma, marque a alternativa correta.

- a) Uma dessas comissões permanentes da Assembleia de Santa Catarina é a Comissão de Turismo, Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura.
- b) As Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público compõem-se de nove membros. As demais comissões permanentes possuem oito deputados estaduais cada uma.
- c) As Comissões Mistas e Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação, sendo no mínimo cinco e no máximo nove membros.
- d) Na composição das Comissões se aplica o princípio da proporcionalidade às bancadas e blocos, ficando garantida a cada bancada com número inferior a cinco membros a participação em uma vaga.
- e) O Deputado fará parte obrigatoriamente como membro titular de, no mínimo, cinco Comissões Permanentes. Mas os membros da Mesa não poderão fazer parte de Comissão Permanente, Subcomissão, Comissão Mista ou CPI.

37. Cabe às Comissões Permanentes, em razão de matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, discutir e votar pareceres sobre as proposições que lhes forem distribuídas. Acerca dessa temática, nos termos do Regimento da ALE-SC, marque a correta.

- a) As comissões permanentes podem convidar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições. Mas a convocação só poderia ser feita por CPI ou pelo Plenário.
- b) Encaminhar, por meio da Mesa, pedidos orais ou escritos de informação ao Governador do Estado é uma competência das comissões permanentes da ALE-SC.
- c) Uma das competências das comissões permanentes é a de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, aprovando a respectiva Resolução.
- d) Pode uma comissão permanente da ALE-SC estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários.
- e) Compete às comissões permanentes fiscalizar o andamento dos programas do Poder Executivo, incluindo as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, mas não podem fiscalizar o Poder Judiciário ou o Ministério Público Estadual.

**38.** A Sessão da Assembleia Legislativa só poderá ser encerrada antes do prazo previsto para o término dos seus trabalhos, nos casos de tumulto grave, falecimento de Deputado, ex-Deputado ou Chefe de Poder, entre outros casos. Com base no Regimento da Assembleia (RI-ALE-SC), acerca das sessões, marque a única alternativa correta.

- a) A Sessão poderá ser suspensa na hipótese de perturbação da ordem, ou acordo firmado pelas lideranças, pelo prazo máximo de 60 minutos, computado o tempo da suspensão no prazo regimental.
- b) No horário da Explicação Pessoal, quando o Deputado poderá cedê-lo à manifestação de Prefeito ou Vereador, às terças e quintas-feiras, e a representante de entidade da sociedade civil, às quartas-feiras, pelo prazo de dez minutos.
- c) O prazo de duração da Sessão poderá ser prorrogado uma vez, por tempo nunca superior a uma hora, para continuar a discussão e votação de matéria da Ordem do Dia, logo depois, neste caso, do horário de Explicação Pessoal.
- d) O Presidente e quem estiver no exercício da Secretaria falarão sentados e os demais Deputados de pé, mesmo que estejam fisicamente impossibilitados. Já o orador falará da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário.
- e) A nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda. Se o parlamentar falar de modo antirregimental, o Presidente o admoestará e se, apesar disso, insistir, o Presidente dará o seu discurso por terminado.

**39.** Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição. Ela pode ser supressiva, modificativa, aditiva ou substitutiva global. Sobre essa temática e seus desdobramentos, nos termos do Regimento da Assembleia, marque a certa.

- a) Emenda aditiva é a que erradica artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do texto de proposição.
- b) Já a emenda aglutinativa é a que acrescenta artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item a uma proposição.

c) Emenda substitutiva global é a que altera substancialmente o texto de proposição, sendo apresentada como sua sucedânea, substituindo-a integralmente.

d) Não serão admitidas emendas que impliquem aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador, e não há ressalvas, pois assim estabelece a Constituição do Estado.

e) Serão aceitas emendas que contenham matéria estranha ao objeto da proposição, ou a esta não vinculada, desde que a proposição ainda esteja em fase de discussão.

**40.** É expressamente vedado ao Deputado, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes. Sobre as vedações aos deputados, nos termos do Regimento da ALE-SC, marque a única correta.

- a) Desde a expedição do diploma, o deputado não pode aceitar ou ocupar cargo, função ou emprego remunerado, inclusive o que seja demissível ad nutum, em uma autarquia catarinense.
- b) Mas é desde a posse que o deputado não poderá ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer qualquer função remunerada.
- c) O deputado, desde a posse, não poderá ocupar cargo efetivo ou de que seja demissível ad nutum no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- d) A partir da expedição do diploma, o deputado que é advogado não poderá mais patrocinar causa em que seja interessado o Estado de Santa Catarina ou a União.
- e) Já a proibição ao parlamentar empresário comprehende o Deputado, como pessoa física, e as pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas. Mas não inclui o cônjuge ou companheiro, uma vez que as vedações são personalíssimas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**41.** Maria, Rebeca e Eduarda constituíram uma associação benéfica para cuidar de idosos em situação de desamparo.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Entre as associadas, incidem direitos e obrigações recíprocos.
- b) Maria pode ser excluída sumariamente da associação, caso venha a praticar conduta atentatória aos interesses da entidade, independentemente de previsão estatutária.
- c) Se Rebeca falecer, transmite-se aos seus herdeiros a qualidade de associada, salvo disposição diversa no estatuto.
- d) Se Rebeca falecer, transmite-se aos seus herdeiros a titularidade de sua quota ou fração ideal do patrimônio da associação.
- e) Os órgãos deliberativos da associação só poderão ser convocados na forma do estatuto, ou pelo quórum de 2/3 das associadas.

**42.** João e Pedro firmaram um contrato de locação, sendo João o locador, e Pedro o locatário. Na cláusula quinta do instrumento contratual, foi estipulada a seguinte disposição: “O prazo prescricional para a cobrança de aluguéis decorrentes do presente contrato é fixado em 5 anos”.

Com relação à situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o Código Civil, prescreve em 3 anos a pretensão de cobrança de aluguéis.
- b) O prazo prescricional para a cobrança de aluguéis pode ser reduzido, mas não ampliado.

c) O prazo prescricional para a cobrança de aluguéis pode ser ampliado, mas não reduzido.

d) Se Pedro falecer na constância do prazo prescricional para a cobrança dos aluguéis, a prescrição será suspensa até que se promova a abertura do inventário, continuando o prazo a correr a favor do espólio.

e) Uma vez consumado o prazo prescricional para a cobrança de aluguéis, a prescrição só poderá ser arguida até a contestação.

**43.** Flávio e José firmaram um contrato de mútuo feneratício, sendo Flávio o credor e José o devedor. As cláusulas do contrato foram redigidas por Flávio, tendo contado com adesão integral por parte de José.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato firmado por Flávio e José classifica-se como bilateral imperfeito.
- b) O contrato entre Flávio e José não pode estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das respectivas cláusulas negociais, devendo prevalecer, no caso, as normas legais.
- c) A possibilidade de revisão judicial do contrato firmado por Flávio e José será ampla, face ao princípio da função social dos contratos.
- d) Eventuais ambiguidades nas cláusulas do contrato entre Flávio e José conduzirão à sua nulidade.
- e) Na falta de prazo estipulado, José terá o prazo mínimo de 30 dias para pagar.

**44.** Ricardo atua como motorista particular de Rafael. No desempenho de sua função, Ricardo cometeu por imprudência um acidente de trânsito, do qual resultou a morte de Laísa, que era mãe solteira e provedora de três filhos menores.

Com relação à situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional da pretensão de reparação civil em decorrência do acidente consuma-se em 5 anos.
- b) A responsabilidade civil de Rafael prescinde da demonstração de culpa de Ricardo.
- c) A responsabilidade civil de Rafael prescinde da demonstração de culpa de sua parte.
- d) A ação de reparação civil deve ser movida contra Ricardo ou Rafael, alternativamente.
- e) No valor da indenização, deverão ser computados alimentos aos filhos de Laísa, até que estes atinjam a maioridade.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

**45.** Maria, assistida da Defensoria Pública/SC, ajuizou ação de indenização de danos morais e materiais em desfavor do Estado de Santa Catarina. Requereu, a título de danos materiais, a condenação do réu ao pagamento de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e a título de danos morais, a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Após a instrução do feito, fora prolatada sentença de parcial procedência, condenando o réu ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a títulos de danos materiais, e R\$ 20.000,00 a título de danos morais. O juízo ainda condenou o réu ao pagamento de honorários de 15% sobre o proveito da condenação. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que:

- a) Considerando o valor da condenação, a sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não

produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

- b) Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
- c) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde o ajuizamento da ação.
- d) Em eventual cumprimento de sentença, o réu não será intimado para pagar, mas sim para que, caso queira, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos.
- e) O percentual fixado a título de honorários excede ao permitido pelo Código de Processo Civil, na hipótese.

**46.** Em ação que tramita pelo procedimento comum, fora prolatada sentença de procedência em desfavor de A. Inconformado, A apresentou tempestivamente embargos de declaração, sob o argumento de que a decisão deixou de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos, aplicável ao caso sob julgamento. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- a) Os embargos de declaração não se prestam para a correção supracitada, exigindo-se a interposição de apelação.
- b) Os embargos de declaração são cabíveis na hipótese, uma vez que se trata de obscuridade.
- c) Os embargos de declaração são cabíveis na hipótese, uma vez que se trata de omissão.
- d) Caso possuam efeitos infringentes, o juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias.
- e) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado, após a ratificação do recorrente.

**47.** Em decisão saneadora, o juiz fixou o ponto controvertido, resolveu as questões processuais pendentes, definiu o ônus da prova, delimitou as questões de direito relevantes para a decisão do mérito e designou audiência de instrução de julgamento. A designação da audiência de instrução e julgamento se deu para a tomada do depoimento pessoal da parte autora, e para a oitiva de testemunhas. Na situação narrada, é correto afirmar que:

- a) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 2 (duas), no máximo, para a prova de cada fato.
- b) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confessar, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
- c) Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é inadmissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.
- d) Cabe ao juiz intimar a testemunha arrolada pelas partes.
- e) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do réu e depois as do autor, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.

**48.** O Código de Processo Civil estabelece que “*Na sessão de julgamento, depois da exposição da causa pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido e, nos casos de sua intervenção, ao membro do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos para cada um, a fim de sustentarem suas razões*”. Em determinado dia, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgará, na seguinte ordem:

- (I) Reclamação.
- (II) Mandado de segurança.
- (III) Apelação.

(IV) Agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória versando sobre tutela provisória de urgência.

Caberá sustentação oral:

- a) Apenas na hipótese da apelação e do agravo de instrumento.
- b) Em todas as hipóteses narradas.
- c) Apenas na reclamação e no mandado de segurança.
- d) Apenas na reclamação e na apelação.
- e) Apenas no agravo de instrumento e no mandado de segurança.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fernando Maurício*

**49.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**50.** A Igreja Batista de Blumenau alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

**51.** Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
- II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.
- III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.

- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

## **DIREITO DIGITAL**

*Paulo Sousa*

**52.** Conforme as disposições do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014, assinale a alternativa correta:

- a) É direito do usuário da internet a inviolabilidade e o sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, em qualquer hipótese.
- b) Na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, é dever do provedor guardar os registros de acesso a aplicações de internet.
- c) O princípio da neutralidade de rede significa que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.
- d) Não se permite à autoridade policial ou ao Ministério Público, sem prévia autorização judicial, determinar cautelarmente que o administrador de sistema autônomo mantenha registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, por prazo superior a um ano.
- e) O provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

**53.** Em se tratando da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a LGPD, assinale a alternativa que não apresenta um dos fundamentos desta lei:

- a) Respeito à privacidade e à autodeterminação informativa.
- b) A liberdade de expressão e de informação, sendo a de comunicação e de opinião fundamentos da CF/1988.
- c) A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- d) Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- e) O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.

**54.** A Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais destina uma seção para regulamentar o tratamento de dados da criança e do adolescente. Segundo esta Lei é correto afirmar que:

- a) As informações sobre o tratamento de dados destinadas à crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, considerando a idade de cada usuário.
- b) Para o tratamento de dados pessoais de crianças é indispensável que haja o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.
- c) Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal, quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados quantas vezes forem necessárias, podendo ainda serem armazenadas e para fins de proteção, poderão ser repassados a terceiro.
- d) O controlador não tem a obrigatoriedade de realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável legal foi dado quando se tratar de criança maior de 12 anos de idade.

- e) Para o tratamento de dados pessoais de crianças é indispensável que haja o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, apenas quando trata-se de dados pessoais sensíveis.

## DIREITO ELEITORAL

*Ricardo Torques*

**55.** Os partidos A e B pretendem se reunir em uma federação, atuando como se fossem uma única agremiação partidária. Considerando as disposições da lei 9.096/1995, é correto afirmar que:

- a) Para a constituição da Federação, exige-se tanto do partido A, quanto do partido B, registro definitivo ou provisório no Tribunal Superior Eleitoral
- b) Uma federação não pode ser formada por apenas dois partidos, exigindo-se, no mínimo, a reunião de três agremiações.
- c) A federação terá abrangência nacional e seu registro será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 2 (dois) anos.
- e) Não se aplicam à federação de partidos todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária.

**56.** Tramita no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina recurso questionando sentença que reputou como lícita determinada propaganda eleitoral. Na análise do referido recurso, deve ser observado que:

- a) Para fins de caracterização de propaganda eleitoral antecipada, é possível identificar o requisito do pedido explícito de votos a partir do uso de 'palavras mágicas'.
- b) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do Presidente da República de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições
- c) O pedido explícito de não votos não poderá ser considerado como propaganda eleitoral extemporânea.
- d) Admite-se propaganda política paga no rádio e na televisão.
- e) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 1 de janeiro do ano da eleição.

**57.** Tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), projeto de lei estadual que versa sobre a elegibilidade e regime jurídico do policial militar em caso de eleição para cargo público. Em análise do referido projeto de lei, conclui-se, corretamente, que:

- a) O projeto é constitucional, uma vez que a competência para legislar sobre direito eleitoral é privativa dos Estados.
- b) O projeto é constitucional, uma vez que a competência para legislar sobre elegibilidade do Policial Militar é privativa dos Estados.
- c) O projeto de lei é constitucional, uma vez que a competência para legislar sobre direito eleitoral é concorrente entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) O projeto de lei é constitucional, uma vez que a competência para legislar sobre direito eleitoral é concorrente entre a União, Estados e o Distrito Federal.

- e) A competência para legislar sobre direito eleitoral é privativa da União. Logo, o projeto de lei padece de inconstitucionalidade formal.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

*Rodrigo Francelino*

**58.** Conforme o Código de Defesa do Consumidor, acerca da natureza, das regras e dos princípios que regem as relações de consumo e dos direitos básicos do consumidor assinale alternativa correta.

- a) O Código de Defesa do Consumidor estabelece enunciados normativos de proteção e de defesa do consumidor, enquadrados como de ordem privada e de interesse social, portanto de natureza cogente
- b) Consumidor é toda pessoa humana que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) O Código de Defesa do Consumidor apresenta, de forma expressa, como um dos direitos básicos do(a) consumidor(a) a efetiva reparação de danos materiais, extra materiais, individuais, coletivos e difusos, sem prever expressamente a efetiva prevenção de danos materiais, extra materiais, individuais, coletivos e difusos.
- d) A inversão do ônus da prova nas relações de consumo é automática (ope legis).
- e) As sanções administrativas postas no CDC podem ser aplicadas de forma cumulativa.

**59.** A Lei 14.181 de 2021 alterou a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, acerca do tema assinale a única alternativa correta.

- a) A prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor é um dos instrumentos, para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- b) A instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo expressos no Código de Defesa do Consumidor.
- c) A informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo expressos no Código de Defesa do Consumidor.
- d) A preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito caso é um direito básico do consumidor.
- e) A garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo

**60.** Dentre os itens abaixo assinale a alternativa, que não corresponde a dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo descritos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- a) O reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo
- b) A educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo
- c) O estudo extraordinário das modificações do mercado de consumo.
- d) O fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores
- e) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**61.** Joana é servidora ocupante de cargo exclusivamente em comissão. Mara é professora contratada sob regime temporário. Juliana é servidora ocupante de cargo efetivo, mas está no estágio probatório e ainda não adquiriu a estabilidade.

As três servidoras são gestantes e solicitaram ao setor de recursos humanos informações acerca dos benefícios da licença-maternidade e da estabilidade provisória para as gestantes. Em resposta, o setor responsável informou corretamente que:

- a) Não será possível conceder a licença-maternidade e a estabilidade provisória para as três servidoras, uma vez que não possuem estabilidade no cargo.
- b) Juliana poderá gozar da licença-maternidade e da estabilidade provisória, a despeito de não ter sido confirmada no cargo, mas esses direitos não são extensíveis às demais servidoras, em razão do regime jurídico das contratações.
- c) Mara poderá gozar da licença-maternidade e da estabilidade provisória, desde que o termo final não exceda o prazo da contratação temporária.
- d) As três servidoras poderão gozar da licença-maternidade e da estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo.
- e) Joana terá direito à licença-maternidade, mas a estabilidade provisória não lhe é aplicável, uma vez que o seu cargo é de livre exoneração.

**62.** João, empregado público de uma empresa estatal, foi demitido de seu cargo sem qualquer justificativa ou motivação por parte da administração da empresa. Ele contestou judicialmente sua demissão, alegando que a falta de motivação do ato administrativo viola seus direitos fundamentais. Acerca do entendimento

jurisprudencial mais recente sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) a dispensa de empregados públicos não requer motivação, pois não são servidores estatutários.
- b) a demissão de empregados públicos deve ser devidamente motivada, de forma razoável, mas não há necessidade de enquadrar a demissão nas hipóteses de justa causa.
- c) empregados públicos podem ser demitidos sem motivação, desde que observado o devido processo legal.
- d) a exigência de motivação da demissão de empregados públicos não se aplica a empresas estatais e sociedades de economia mista.
- e) a motivação da demissão de empregados públicos é opcional e cabe exclusivamente à discricionariedade da administração pública.

**63.** Em determinada autarquia federal, Maria protocolou um requerimento solicitando a revisão de um ato administrativo que prejudicava seus direitos. No entanto, ao analisar o processo administrativo, o servidor responsável indeferiu sumariamente o pedido de revisão, alegando que o requerimento não estava devidamente formatado de acordo com um modelo específico estabelecido internamente pela autarquia. Com base no que dispõe a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que a alegação do servidor violou o princípio do(a):

- a) informalismo.
- b) contraditório.
- c) eficiência.
- d) impessoalidade.
- e) publicidade.

**64.** No estado Gama, foi promulgada uma lei estadual que proibia a construção de edificações em áreas de preservação permanente, visando à proteção ambiental e à prevenção de desastres naturais. No entanto, essa lei foi posteriormente contestada por alguns proprietários de terrenos localizados nessas áreas, que alegaram que a proibição prejudicaria seus direitos de propriedade e seus planos de desenvolvimento econômico, causando-lhes prejuízos materiais e morais. Com base na responsabilidade civil estatal por atos legislativos, assinale a opção correta:

- a) não há possibilidade de responsabilidade civil estatal por atos legislativos, pois estes são protegidos pela imunidade parlamentar.
- b) a responsabilidade civil estatal é possível apenas se comprovada a inconstitucionalidade da lei estadual.
- c) o estado pode ser responsabilizado civilmente pelos danos causados pela aplicação da lei estadual, caso esta seja posteriormente declarada inconstitucional em controle concentrado e sejam comprovados danos concretos.
- d) o parlamentar é diretamente responsável pelos danos causados aos cidadãos afetados pela aplicação de lei declarada inconstitucional.
- e) o Estado é responsável civilmente pelo exercício da atividade legislativa somente se comprovada a omissão legislativa.

**65.** Em uma cidade do interior, o prefeito foi acusado de praticar atos de improbidade administrativa relacionados à contratação irregular de uma empresa para realizar obras públicas. Após investigação, ficou constatado que o prefeito recebeu vantagens indevidas da empresa contratada em troca da facilitação na obtenção do contrato. Considerando o caso hipotético descrito e com base na Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta:

- a) o Prefeito pode ser responsabilizado apenas civilmente pelos atos de improbidade

administrativa, não estando sujeito a sanções penais.

- b) o Prefeito responde por ato de improbidade desde que fique comprovado o dolo específico em sua atuação.
- c) a responsabilização do Prefeito pelos atos de improbidade administrativa depende exclusivamente da comprovação de enriquecimento ilícito.
- d) o Prefeito pode ser responsabilizado pelos atos de improbidade administrativa se agiu com dolo ou culpa.
- e) o Prefeito, assim como o Presidente da República, não responde por ato de improbidade administrativa.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

**66.** Bernadete é estagiária em Direito da Assembleia Legislativa do Estado Gama. Instada pelo Procurador-Geral da casa a fazer um estudo sobre as competências privativas do Senado Federal, afirma que dentre as opções abaixo, a única que está de acordo do texto constitucional é:

- a) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- c) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- e) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

**67.** Walfrido é um Deputado Estadual recém eleito e para melhor representar o povo catarinense resolve estudar o funcionamento das comissões na Constituição Federal de 1988. Sobre o tema, durante o período de recesso do Congresso Nacional

- a) haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo.
- b) duas Comissões serão formadas, cada uma representando uma das Casas do Congresso Nacional, escolhidas pelo Presidente das respectivas Casas.
- c) apenas haverá a formação de comissão se surgir assunto relevante e urgente no período.
- d) haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, escolhida pelo Presidente do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.
- e) duas Comissões serão formadas, escolhidas pelo Presidente do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.

**68.** Conforme previsão do art. 1º, parágrafo único da CF 88, o poder que emana do povo é exercido através de representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição. Nesse sentido, existem formas de participação direta do cidadão brasileiro em nossa democracia, destacando-se dentre elas o plebiscito. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a competência para convocar plebiscito é

- a) do Congresso Nacional, e não se exige a sanção do Presidente da República.
- b) do Congresso Nacional, e depende da sanção do Presidente da República.
- c) do Senado Federal, e não se exige a sanção do Presidente da República.
- d) da Câmara dos Deputados, e depende da sanção do Presidente da República.
- e) do Presidente da República, dependendo da concordância do Tribunal Superior Eleitoral.

**69.** Marta se prepara para o concurso da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, considerando o disposto na Constituição Federal sobre o processo legislativo nas casas do Congresso Nacional, conclui corretamente que:

- a) Compete ao Presidente da República a iniciativa de projeto de lei para a criação e a extinção de cargos no Tribunal de Contas da União e a remuneração dos serviços auxiliares, bem como a fixação do subsídio de seus membros.
- b) São admissíveis emendas parlamentares ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ainda que acarretem aumento de despesas, desde que compatíveis com as leis orçamentárias.
- c) A iniciativa popular para deflagrar o processo legislativo é restrita aos projetos de lei ordinária, não sendo permitida para dar início a projeto de lei complementar.
- d) A medida provisória aprovada, com ou sem alteração de mérito, por eventual emenda parlamentar, será enviada ao Presidente da República para promulgação.
- e) O Senado Federal, por meio de decreto legislativo, estabelecerá as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

**70.** O processo legislativo, conforme previsto no texto constitucional, compreende a elaboração dos atos normativos primários descritos no art. 59 da CF 88. Mariana, ao estudar o tema nos melhores manuais de Processo Legislativo, compreende que a listagem feita pelo referido dispositivo constitucional é meramente exemplificativa, existindo atos normativos primários que não estão arrolados no art. 59 da CF 88. Ao concluir seus estudos, Mariana afirma corretamente que não constitui ato normativo primário que depende de processo legislativo para a sua elaboração:

- a) as leis complementares.
- b) as leis ordinárias.
- c) as leis delegadas.
- d) os decretos autônomos.
- e) os decretos legislativos.

## LICITAÇÕES E CONTRATOS

*Herbert Almeida*

**71.** O município Alfa pretende realizar uma licitação para contratação de uma empresa para realizar obras de infraestrutura na região central da cidade. Diante da complexidade do empreendimento, a administração municipal optou por utilizar o procedimento auxiliar de pré-qualificação, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos. Considerando o caso hipotético descrito e as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o procedimento auxiliar de pré-qualificação tem como finalidade

- a) selecionar previamente fornecedores aptos a participar da licitação com base em critérios técnicos, econômicos e financeiros.
- b) agilizar o processo licitatório, dispensando a fase de habilitação dos licitantes, já que estes são previamente qualificados.
- c) reduzir o número de licitantes, aumentando a competitividade e a qualidade das propostas apresentadas.

d) permitir que empresas estrangeiras participem do procedimento, desde que atendam aos requisitos de pré-qualificação estabelecidos.

e) relativizar a igualdade de condições entre os licitantes, impedindo que empresas desqualificadas participem do certame.

**72.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), os contratos administrativos devem conter cláusulas que estabeleçam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes envolvidas. Considerando as disposições da referida lei, **não** são cláusulas necessárias dos contratos administrativos as que estabeleçam:

- a) o objeto e seus elementos característicos.
- b) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- c) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução.
- d) a legislação aplicável à execução do contrato, exceto quanto aos casos omissos.
- e) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo.

**73.** A Lei nº 11.079/2004, que dispõe sobre as parcerias público-privadas (PPPs), estabelece procedimentos específicos para a realização de licitações. Considerando as disposições da referida lei, é correto afirmar que a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na(s) modalidade(s)

- a) concorrência ou diálogo competitivo.
- b) leilão ou tomada de preços.
- c) concorrência, exclusivamente.
- d) concurso ou leilão.
- e) diálogo competitivo, exclusivamente.

**74.** Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta acerca da licitação:

- a) é vedada a combinação de critérios de julgamento da licitação para contratação das concessões de serviços públicos.
- b) o poder concedente analisará propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação, de acordo com sua discricionariedade administrativa.
- c) a outorga de concessão ou permissão sempre terá caráter de exclusividade.
- d) em razão da isonomia, não se admite a participação de empresas em consórcio.
- e) será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

**75.** Considere que determinada empresa estatal, responsável pelo abastecimento de água em determinada região, precisa realizar uma obra emergencial de reparo em uma estação de tratamento de água para evitar a interrupção no fornecimento para a população. Com base no caso hipotético apresentado e nas disposições da Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que a licitação:

- a) é dispensável, podendo ser feita a contratação direta em face da situação emergencial.
- b) será inexigível, em face da inviabilidade de competição no caso narrado.
- c) será considerada superfaturada quando os preços orçados forem expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado.
- d) a situação emergencial afasta a responsabilização dos agentes envolvidos, independentemente de

comprovação de omissão que tenha dado causa ao dano.

- e) dada a urgência da contratação, o processo de dispensa de licitação independe de instrução da caracterização da emergência, bastando a justificativa do preço e da escolha do executante.

## PROCESSO LEGISLATIVO

*Géssica Ehle*

**76.** Quanto à organização política, identifique a alternativa que contém o processo legislativo adotado pelo Estado brasileiro:

- a) Processo legislativo autocrático
- b) Processo legislativo direto
- c) Processo legislativo semidireto
- d) Processo legislativo representativo
- e) Processo legislativo reformador bicameral

**77.** Nos termos da Constituição do Estado de Santa Catarina, cabe ao Estado exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, exceto

- a) manter a ordem e a segurança interna
- b) elaborar planos metropolitanos e regionais de desenvolvimento
- c) explorar diretamente ou mediante delegação os recursos hídricos de seu domínio
- d) explorar os serviços de gás canalizado
- e) promover a preservação de florestas

**78.** Nos termos preconizados pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado de Santa Catarina, compete ao Estado legislar concorrentemente com a União determinadas matérias à exceção de uma, identifique-a:

- a) orçamento
- b) custas dos serviços forenses
- c) proteção do meio ambiente
- d) desporto
- e) desapropriação

**79.** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta de acordo com a Constituição de Santa Catarina:

- a) O Estado tem competência exclusiva para legislar sobre defensoria pública.
- b) O Estado exerce com os Municípios competência concorrente para legislar sobre proteção à infância e à velhice.
- c) O Estado detém competência exclusiva para preservar as florestas, a fauna e a flora que se encontram em seu território.
- d) Os Municípios possuem competência exclusiva para promover a melhoria das condições de saneamento básico.
- e) O Estado exerce com a União e os Municípios a competência para proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas.

**80.** De acordo com a Constituição Estadual, o Estado de Santa Catarina tem competência para firmar acordos e compromissos com outros Estados e entidades de personalidade internacional desde que observados certos princípios, entre os quais, NÃO se inclui:

- a) A intocabilidade dos direitos humanos.
- b) A igualdade entre os Estados.
- c) A soberania do Estado.
- d) A não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.
- e) A cooperação com as unidades federadas para emancipação e o progresso da sociedade.

## Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?**

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

**NÃO É ASSINANTE?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

**CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>